

Edite Azevedo

De: Fernanda Cristina Pires A. Belo Santos <fernanda@cmah.pt>
Enviado: 8 de novembro de 2022 10:31
Para: Assuntos Parlamentares
Cc: Marcos Couto; Paulo Luis; rui.silva@alra.pt
Assunto: FW: Pedido de parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII - "Plano Regional Anual para o ano de 2023"
Anexos: Iniciativa.pdf; Ofício.pdf; Parecer URIPSSA.pdf; Parecer CI 2023 enviado.pdf; Parecer CI Câmara Municipal.pdf; Proposta - Olaria de São Bento.pdf

Bom dia,

Encarrega-me o Senhor Presidente do Conselho de Ilha da Terceira de remeter o parecer emitido em reunião de 18-10-2022, bem como os restantes pareceres.

Melhores cumprimentos,

Fernanda Santos
Assistente Técnica
Gestão Documental e Logística

De: Angra <angra@cmah.pt>
Enviada: 8 de novembro de 2022 10:22
Para: Fernanda Cristina Pires A. Belo Santos <fernanda@cmah.pt>
Assunto: FW: Pedido de parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII - "Plano Regional Anual para o ano de 2023"

De: Rui Silva <rsilva@alra.pt>
Enviada: 31 de outubro de 2022 14:00
Para: Angra <angra@cmah.pt>
Assunto: Pedido de parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII - "Plano Regional Anual para o ano de 2023"

Exmo. Senhor
Presidente do Conselho de Ilha da Terceira,

Encarrega-me o Senhor Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia de remeter a V. Exa. o ofício e iniciativa sobre o assunto em referência.

Com os melhores cumprimentos,

Rui Silva
Assistente Técnico
Departamento de Atividade Parlamentar
Assembleia Legislativa da R.A. Açores
Rua Marcelino Lima – 9901-858 Horta
Tlf. +351 292207666

O conselho de Ilha da Terceira reuniu no dia 18 de outubro de 2022, no Salão nobre da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, em sessão ordinária, para apreciar e emitir parecer sobre a Anteproposta de Plano para 2023.

Este Conselho entende o contexto internacional de grande incerteza que envolve a projeção e aplicação do Plano para o ano de 2023, bem como os limites ao endividamento impostos pela lei das finanças regionais. Do ponto de vista da organização do documento, concluímos, também, que não difere muito das Antepropostas dos Planos anteriores, mas a nova metodologia apresentada dificulta uma análise comparativa e profunda do mesmo.

Assim, o Conselho de Ilha emite o seguinte parecer:

Pela Positiva:

1. Valorizar o investimento previsto para a área social;
2. Entende este Conselho que a procura exponencial e o aumento do fluxo turístico aos Açores, na sua generalidade, deve ser promovido de forma igualitária e descentralizado para favorecer as 9 ilhas do nosso Arquipélago. Posto isto, o investimento para a ilha Terceira deve ser prioritário, tanto a nível de transportes aéreos, como marítimos, tal como referido no plano do ano 2022;
3. A ação que visa a requalificação da Aerogare Civil das Lajes, a que corresponderá um investimento de 3.600.000,00 € e onde está também incluída a promoção e angariação de novos fluxos turísticos para a Terceira, junto das companhias aéreas e operadores turísticos. Continuamos a alertar para a eficaz e correta divulgação da Certificação Civil do Aeroporto das Lajes, junto de todas as entidades nacionais e internacionais.
4. Prevê-se a Criação de um Centro Interpretativo da Batalha da Salga, que é uma medida positiva, e mais um ponto de atração turística para a ilha. No entanto, é manifestamente baixo o montante de investimento previsto;

5. A ação que prevê a elaboração do projeto e início da empreitada de construção do Laboratório SEEMBO;
6. É merecedor de nota muito positiva o facto de não estar prevista qualquer verba para a SATA, medida defendida por este órgão já no ultimo parecer.

Pela Negativa:

1. A rede de estradas regionais tem um número significativo de troços carecidos de reabilitação. É preocupante a muito baixa verba destinada a este tipo de infraestruturas, pelo que entendemos que deve existir uma maior afetação de verbas destinadas às estradas da Terceira. A mesma preocupação vai para a rede de caminhos agrícolas, que se encontra a necessitar de fortes investimentos;
2. O desaparecimento da aposta no Centro Interpretativo do Algar do Carvão merece da parte deste Conselho uma nota de preocupação, já que a Ilha Terceira tem, neste momento, uma grande falta de recursos turísticos preparados para visitação. A falta deste espaço leva a um aumento da pressão humana sobre aquela área, que não é de todo o mais indicado;
3. O desaparecimento do Centro Interpretativo da Base das Lajes, que sendo mais um ponto de atração turística para a ilha, pode captar um número elevado de pessoas que tenham ou tiveram, de alguma forma, ligação àquela Base;
4. Quanto às Infraestruturas e Equipamentos Portuários, nomeadamente o Porto da Praia da Vitória, não se prevê um grande investimento no porto, o que é preocupante, porque penaliza gravemente as operações comerciais e as escalas dos navios de cruzeiro;
5. No mesmo sentido manifestamos a nossa preocupação com a falta de verbas para a finalização das obras do porto das Pipas. Com o impasse a que está reduzido o projeto é com grande apreensão que o Conselho de Ilha vê o próximo inverno, uma vez que a obra atual está totalmente desprotegida e sujeita às intempéries, colocando assim em forte risco a navegabilidade do próprio porto e da marina;

6. No que ao património cultural diz respeito é de lamentar a total falta de investimento em dois edifícios históricos da cidade de Angra e da Ilha Terceira, como é o caso das Igrejas das Concecionistas e do Livramento.
7. Apesar do aumento do investimento da área social, entende o conselho de ilha que seria benéfico o apoio à transição digital e às energias renováveis de forma a melhorar os rácios de sustentabilidade das IPSS

Tendo em conta o atrás exposto, o Conselho de Ilha entende que este plano merece uma avaliação globalmente positiva, pelo que devem merecer, por parte do Governo, particular e efetiva atenção os aspetos referenciados.

Em anexo estão apensos os pareceres sectoriais que foram entregues, os quais integram o presente parecer.

Angra do Heroísmo, 21 de outubro de 2022

Assinado por: **MARCOS DUARTE MACHADO DO
COUTO**
Num. de Identificação: '
Data: ' / ' / 2022



Marcos Duarte Couto

MEMORANDO

Plano Regional Anual para 2023

Vem o Município de Angra do Heroísmo, na sequência das comunicações anteriores sobre a mesma temática, apresentar um conjunto de questões que se prendem com o investimento direto e indireto da administração regional no concelho, chamando a atenção para um conjunto investimentos da responsabilidade da administração regional que não se encontram contemplados na proposta de Plano Regional Anual para 2023 ou que nela se encontram deficientemente aprovisionados.

Para melhor compreensão do proposto, apresenta-se uma listagem das iniciativas que a Câmara Municipal gostaria de ver incluídas no Plano Anual, ou num dos planos anuais da presente legislatura, e um conjunto de outras questões, que podem não ter reflexo direto naqueles documentos, mas que ainda assim têm implicações financeiras que devem ser devidamente consideradas.

Tendo em conta que a quase totalidade dos pontos que constavam dos memorandos anteriores não foram considerados, o presente memorando, na essência, repete o comunicado em anos anteriores.

Propostas de ações a incluir no Plano Regional Anual para 2023 (ou noutra a que se apliquem as Orientações de Médio Prazo 2021-2024)

1. Recuperação do molhe de proteção do Porto de Pescas de São Mateus e desassoreamento da sua bacia interior

A forte ondulação gerada pelo Furacão Lorenzo veio acelerar o processo de degradação do troço terminal do molhe de proteção do Porto de Pescas de São Mateus, criando risco de perda de alguns dos seus blocos. Por outro lado, a parte mais interna da bacia portuária encontra-se assoreada, reduzindo o calado das embarcações que a podem utilizar, particularmente na baixa-mar. Pretende-se a reconstrução da parte afetada do molhe, considerando-se urgente essa intervenção, dados os custos adicionais associados a uma eventual perda de blocos, e a realização de uma operação de limpeza da bacia interior, a qual pode



ser feita a partir de terra.

2. Reabilitação do acesso norte ao Hospital de Santo Espírito (Canada do Breado)

O acesso de emergência ao Hospital é feito por uma via não pavimentada, a Canada do Breado, que liga aquela estrutura à estrada regional no lugar da Vinha Brava. A alteração do regime de escoamento naquela zona tem levado a frequentes cheias, afetando gravemente a Casa de Saúde de São Rafael e a Circular Externa na zona da rotunda anexa aos terrenos daquela instituição. Pretende-se a drenagem e pavimentação da via, obra que pode ser feita em coordenação com o investimento que se pretende para o SEEBMO e cujo início já conta da proposta de Plano Anual. O Município está disponível para participar no investimento, incluindo a cedência da casa junto à circular (Ponta do Muro) que se viu obrigado a adquirir face à recorrência de cheias.

3. Continuação da construção da Avenida António Dacosta, conforme novo traçado proposto

Ao longo da última década foram construídos dois troços de estrada regional da variante a São Carlos (agora designada por Av. António Dacosta). O último troço construído termina numa via municipal que não tem o traçado nem o perfil adequado às necessidades de tráfego, dando origem a duas vias paralelas com sentido único, situação que não é adequada ao pretendido com as obras já executadas. Pretende-se a construção do troço entre a Canada dos Cinco Reis e a Canada da Luz, com ligação à Canada do Célis, com o correspondente nó de inserção na atual estrada regional no cruzamento da Canada da Luz/Canada de Belém.

4. Construção de variante à Vila de São Sebastião

A estrada regional atravessa o centro da Vila de São Sebastião, dando origem à sua divisão em duas vias de sentido único, sendo que uma delas é uma rua da responsabilidade do Município. A presente situação causa degradação nos imóveis que ladeiam as referidas ruas e constrangimento ao trânsito na zona de inserção junto ao Império da Vila. Pretende-se a construção de uma nova via que circunde o centro da vila pelo Sul, interligando as diversas vias regionais e municipais que ali



convergem.

5. Correção do traçado da estrada regional no lugar da Ribeira da Luz, Altares

No lugar de Ribeira da Luz, na parte leste dos Altares, existe uma curva e contracurva, no centro da qual se dá a inserção da Canada do João Borges, que liga à estrada regional que vem de Angra pelo interior da ilha (Canada do Rego). Esteve prevista a correção da curva, fazendo-se a reserva dos necessários terrenos, aquando da última grande intervenção feita naquele troço de estrada, o que se não materializou. Pretende-se construir uma nova passagem hidráulica e eliminar a curva de forma que a inserção da Canada do João Borges se faça em local com adequada visibilidade.

6. Recuperação ambiental da Lagoa do Ginjal

A Lagoa do Ginjal é a maior das lagoas da ilha Terceira, encontrando-se eutrofizada e cheia de lodos e de lixo arrastados das pastagens vizinhas. Pretende-se a limpeza da lagoa, com aquisição das pastagens marginais e o seu reflorestamento. O Município já manifestou disponibilidade para participar no processo.

7. Reperfilamento e reabilitação das grotas e ribeiras a jusante à cidade de Angra do Heroísmo

O centro da cidade de Angra do Heroísmo tem sido repetidamente inundado devido à afluência de águas provenientes da zona montanhosa situada a norte (encosta do Morião) e dos terrenos a norte de Santa Luzia (Breado e Pateira). Apesar do grande investimento municipal e regional já feito, o risco de graves inundações permanece, pelo que se pretende a inclusão no Plano Anual dos investimentos necessários à mitigação do risco de cheia nas bacias hidrográficas a montante de Santa Luzia (grota que anteriormente estava canalizada para o Alto das Covas). Estando em conclusão o investimento em torno da Casa de Saúde de São Rafael, interessa prosseguir com a solução para condução das águas provenientes dos terrenos a oeste do Hospital (Breado) e dos terrenos sobranceiros à Rua Capitão João de Ávila, cuja afluência ao Chafariz Velho e ao tardo das casas da parte leste da referida rua continuam por resolver.



8. Financiamento da obra de reconstrução do claustro da Igreja das Concepcionistas

Em cooperação financeira com a Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, o Município está a financiar a reconstrução da Igreja das Concepcionistas, propriedade daquela instituição que se encontra em ruínas desde o sismo de 1980. No fim da última legislatura foi formalizado pelo Governo o compromisso de apoiar aquela instituição na reconstrução do claustro anexo à referida igreja. Pretende-se a concretização financeira desse compromisso, atendendo a que a obra de reconstrução da igreja já se encontra em curso com financiamento municipal. Pretende-se ver claramente expressa a intenção de reconstrução do claustro.

9. Financiamento da obra de reconstrução do claustro da Igreja de Santo António dos Capuchos

Em cooperação financeira com a Irmandade do Livramento, o Município está a financiar a reconstrução da Igreja de Santo António dos Capuchos, propriedade daquela instituição, que se encontra em ruínas desde o sismo de 1980. A obra de reconstrução da igreja já se encontra adjudicada. Pretende-se a cooperação financeira com o Governo visando a reconstrução do pequeno claustro anexo, notando-se a existência da ação referente à recuperação da Igreja do Livramento na Terceira, mas com dotação muito insuficiente face à necessidade de reconstrução do claustro.

10. Construção do Centro Interpretativo da Fortaleza de São João Baptista, conforme projeto elaborado pela Direção Regional da Cultura

O Município celebrou um protocolo com o Ministério da Defesa visando a recuperação da Igreja de São João Baptista, estando agora a decorrer o processo visando a respetiva empreitada. O Governo, através da Direção Regional da Cultura, elaborou o projeto para a recuperação de um edifício que se encontra abandonado nas imediações daquela igreja para instalação de um centro interpretativo, assumindo os custos com a obra. Pretende-se que a matéria seja incluída no Plano dada a conveniência de ambas as obras serem executadas ao mesmo tempo.

11. Construção do reservatório para servir agricultura do oeste do concelho (freguesias



da Serreta/Doze Ribeiras)

As freguesias do sudoeste da Terceira (de Santa Bárbara à Serreta) têm sido severamente afetadas com falta de água para uso agrícola nos anos de estiagem mais intensa. Para resolver a questão está prevista a construção de uma lagoa artificial na zona entre a Serreta e as Doze Ribeiras, tendo o Município adquirido há cerca de 20 anos os terrenos que eram necessários. Pretende-se a cooperação financeira da Região para a construção da referida lagoa. O Governo anterior apresentou como alternativa a construção de uma nova lagoa no Pico das Duas, anexa às já existentes, solução que apresenta alguns problemas no que respeita à distribuição para as zonas mais a oeste (Doze Ribeiras e Serreta) dadas as cotas e falta de rede. Contudo, o Município está disponível para aceitar essa solução. Dada a importância desse investimento, solicita-se a sua inclusão no Plano Anual.

12. Cooperação financeira com diversas entidades em projetos com cofinanciamento municipal.

Estão em curso ou em preparação intervenções a cargo de algumas entidades sem fins lucrativos para as quais existe o compromisso de coinvestimento por parte do Governo. São particularmente importantes os investimentos a fazer na construção do centro comunitário do Bairro do Lameirinho (projetado), o edifício da AMPA na freguesia de São Mateus (já concluído, mas com necessidade financiamento) e o centro de dia para idosos da Ribeirinha (em fase de projeto). Solicita-se a inclusão das necessárias participações governamentais.

13. Reabilitação do Bairro da Terra Chã

Para além da recuperação das habitações do bairro, com redefinição e clarificação do que efetivamente se pretende fazer face aos projetos contraditórios que foram sendo apresentados, pretende-se definir o processo de recuperação das antigas casas dos médicos situadas nas traseiras do atual TERINOV. O Município pretendeu a cedência desses edifícios para recuperação e integração no seu parque habitacional, o que não foi aceite. Após novo contato com a Vice-Presidência do Governo e face à disponibilidade de verbas do PRR para investimento, pretende-se obter a sua transferência para a esfera municipal.

14. Miradouros e trilhos



Em tempos foi acordado com o Governo a construção de um conjunto de miradouros e locais de lazer junto a vias regionais. Pretende-se retomar o assunto, solicitando-se a inclusão de miradouros e de outros espaços de integração ao longo das estradas regionais na correspondente ação do Plano.

15. Proteção costeira no lugar da Baía do Porto Judeu e melhoria da zona balnear

Foi acordado entre o anterior Governo e a Junta de Freguesia do Porto Judeu a construção de um molhe destacado naquela zona balnear. Pretende-se a prossecução do projeto que se encontra concluído por uma empresa da especialidade. A obra apenas poderá prosseguir com participação governamental.

16. Proteção costeira no litoral de São Mateus

Encontram-se concluídos os projetos de proteção costeira no Bravio (onde recentemente ocorreu um acidente resultante de infraescavação da berma da Estrada Regional), e dos troços frente à Canada da Luz e à Vila Maria. Pretende-se obter os meios financeiros necessários à sua execução. No caso do troço frente ao bairro do Bravio a matéria é de extrema urgência dado os riscos de desabamento da estrada regional naquela zona.

17. Reforço do extremo da muralha de proteção do Biscoitinho

No decurso das obras realizadas na proteção do Biscoitinho e do Terreiro (São Mateus da Calheta) detetou-se que o extremo da muralha de proteção está instável, apresentando grandes deformações. Foi encomendado o projeto de reforço, o qual está em fase de conclusão. Solicita-se o seu financiamento no âmbito da proteção costeira.

18. Proteção costeira na Ponta Gorda (Porto Judeu)

Encontra-se concluído o projeto, solicita-se o seu financiamento por inclusão na ação referente ao Furacão Lorenzo ou em alternativa no âmbito da proteção costeira. Trata-se uma intervenção de grande magnitude que carece de cofinanciamento regional.



Outras questões relevantes para o Município

1. A rede de estradas regionais encontra-se com troços em muito mau estado. São de particular preocupação: (1) a ligação entre a Grotta do Medo e a Vinha Brava e daí até ao Reguinho e à rotunda junto à Casa de Saúde de São Rafael; (2) o troço entre a Silveira e o Negrito; e (3) vários troços da Circular de Angra, com destaque para a via descendente entre a Rotunda da Canada Nova e o viaduto do Pico da Urze.
2. Transportes aéreos (especialmente a questão das rotas para a Europa e para a América do Norte que em tempo foram anunciadas) conforme anteriormente debatido no Conselho de Ilha. A questão da acessibilidade aérea à Terceira, que para além dos aspetos que já constam do memorando aprovado no Conselho de Ilha, está progressivamente prejudicada com a canalização de passageiros para a ilha de São Miguel, com um número crescente de ligações diretas das ilhas do Grupo Central e Ocidental destinadas a alimentar os voos de e para o exterior do arquipélago ali centralizados.
3. A necessidade de reformular os espaços sob gestão da Portos dos Açores no litoral de Angra, com destaque para o Porto das Pipas, retirando de lá os bares e usos semelhantes e criando uma gare de passageiros e espaços para a atividade marítimo-turística.
4. Saber quais as intenções do Governo Regional em relação à reestruturação do Bairro da Terra Chã e à construção do pavilhão desportivo previsto para os terrenos agora ocupados pelas habitações a demolir.
5. Saber que investimentos estão previstos na área da ciência e tecnologia na Terceira, especialmente no TERINOV e nas estruturas existentes na Praia da Vitória e garantir que não migram para o NONAGON estruturas informáticas do Governo Regional sedeadas na Terceira, com destaque para as infraestruturas ligadas ao Serviço Regional de Saúde.
6. Esclarecer quais as intenções do Governo Regional na reformulação do PPEGRA e no encaminhamento de resíduos, bem como o apoio ao processo de



remoção de passivos ambientais, especialmente no que se refere à mineração do aterro da Terceira.

7. Atualização do Plano de Prevenção de Cheias, com inclusão como cursos de água onde há risco das ribeiras da encosta sudoeste da Serra de Santa Bárbara e na periferia da cidade de Angra e eliminação das referentes ao Porto Judeu onde as obras realizadas resolveram o problema.
8. Rever o processo de desalfandegamento das encomendas, retomando o processo na ilha Terceira, conforme o Conselho de Ilha tem reclamado desde há vários anos. Analisar as questões referentes ao funcionamento dos CTT, melhorando os prazos de entrega de encomendas postais, conforme consta dos repetidos memorandos do Conselho de Ilha.
9. Normalização da recolha e tratamento dos resíduos agrícolas, especialmente dos plásticos agrícolas, conforme anteriormente acordado.
10. Regularização do regime de tratamento dos cadáveres de animais recolhidos nas pastagens, com regulamentação do sistema previsto no regime jurídico dos resíduos.
11. Integração da cidade de Angra do Heroísmo no programa de dinamização cultural do Governo Regional.
12. Concessão da exploração dos recursos hidrotermais da região a oeste da cidade de Angra do Heroísmo (faixa Fanal-Silveira até a montante da Terra Chã e Posto Santo (Encumeada do Mato/Mata do Estado).
13. Manutenção da Linha Lilás, conforme os memorandos anteriormente aprovados em Conselho de Ilha.
14. Manter a ligação marítima de passageiros à ilha de São Miguel dada a sua importância durante o período de verão e em particular no transporte de pessoas aquando das Sanjoaninas.
15. Encerramento do Quadro Comunitário 2020 e redistribuição de valores pelos



Municípios, nos termos do acordo assinado entre a AMRAA e o Governo. Esta questão está a prejudicar gravemente o Município de Angra do Heroísmo.



Assunto: Parecer sobre a Anteproposta do ORAA e Plano Regional para 2023

A URIPSSA, congratula o Governo Regional dos Açores por a Anteproposta do ORAA e Plano Regional Anual para 2023 contemplar um conjunto de medidas que potencialmente mitigarão a crescente inflação.

Analisando o Plano Regional Anual para 2023 focámos a nossa atenção principalmente na área Social.

Reconhecendo o esforço na área do Desenvolvimento Social é de valorizar os valores apresentados para apoio na área da Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza, apoio a idosos, continuação da modernização do parque automóvel das IPSS assim como o apoio à aquisição de combustível pelas mesmas. Aguardamos o conhecimento sobre o modo de atribuição e celeridade do processo que se revela já urgente neste momento.

-Acreditamos que no ORAA para 2023 estará refletido um valor que tenha em conta o aumento do SMR e a inflação nos valores nos Acordos de cooperação para as IPSS, que neste momento está a por em causa a sustentabilidade das mesmas. E que seja revisto o valor padrão para as unidades de cuidados continuados integrados (UCCI) que desde 2020 não são alteradas.

-Ainda uma chamada de atenção sobre as condições técnicas de organização e funcionamento que visam substituir os Centros de Atividades Ocupacionais (CAO) pelos Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) no que concerne a requalificação/adaptação dos espaços e respetivos quadros de pessoal, ambas requerendo apoios financeiros às IPSS, de modo a procederem de acordo com a legislação em vigor e cujo prazo de adequação finda no primeiro trimestre de 2023.

-Mantemos a nossa persistência na criação de uma bolsa para as IPSS na atribuição dos apoios a 100 % para os sistemas solares fotovoltaicos.

-Achamos que é da maior importância um apoio para a transição digital, um valor específico dedicado ao sector social e que em muito iriam ajudar a melhorar a prestação de serviços de qualidade à nossa comunidade.

-Um apoio financiado a 100 % para a eficiência energética nas IPSS para as mesmas poderem ser mais amigas do ambiente e melhorar a sua sustentabilidade.

- Aproveitamos para deixar um alerta que vai ser necessário pensarmos como vamos resolver as listas de espera nas ERPI. Os Novos Idosos vêm ajudar a reduzir as listas de espera mas não vai resolver só por si esta lacuna na nossa comunidade mais idosa.

Continuamos a acreditar que, dada a natureza das nossas Instituições serem sem fins lucrativos, devem ter um tratamento diferenciado das empresas por terem um papel crucial no contrato social. A resolução da desigualdade social é imputada aos Governos mas também é nosso papel defender as IPSS na competitividade e qualificação das próprias.

É nossa convicção que estamos num bom percurso de parceria no apoio à nossa comunidade.

Praia da Vitória, 13 de Outubro de 2022

Presidente da Direção

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'João Canedo Reis', written over a horizontal line.

João Canedo Reis



URIPSSA
União Regional das Instituições Particulares
de Solidariedade Social dos Açores

Assunto: Parecer sobre a Anteproposta do ORAA e Plano Regional para 2023

A URIPSSA, congratula o Governo Regional dos Açores por a Anteproposta do ORAA e Plano Regional Anual para 2023 contemplar um conjunto de medidas que potencialmente mitigarão a crescente inflação.

Analisando o Plano Regional Anual para 2023 focámos a nossa atenção principalmente na área Social.

Reconhecendo o esforço na área do Desenvolvimento Social é de valorizar os valores apresentados para apoio na área da Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza, apoio a idosos, continuação da modernização do parque automóvel das IPSS assim como o apoio à aquisição de combustível pelas mesmas. Aguardamos o conhecimento sobre o modo de atribuição e celeridade do processo que se revela já urgente neste momento.

-Acreditamos que no ORAA para 2023 estará refletido um valor que tenha em conta o aumento do SMR e a inflação nos valores nos Acordos de cooperação para as IPSS, que neste momento está a por em causa a sustentabilidade das mesmas. E que seja revisto o valor padrão para as unidades de cuidados continuados integrados (UCCI) que desde 2020 não são alteradas.

-Ainda uma chamada de atenção sobre as condições técnicas de organização e funcionamento que visam substituir os Centros de Atividades Ocupacionais (CAO) pelos Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) no que concerne a requalificação/adaptação dos espaços e respetivos quadros de pessoal, ambas requerendo apoios financeiros às IPSS, de modo a procederem de acordo com a legislação em vigor e cujo prazo de adequação finda no primeiro trimestre de 2023.

-Mantemos a nossa persistência na criação de uma bolsa para as IPSS na atribuição dos apoios a 100 % para os sistemas solares fotovoltaicos.

-Achamos que é da maior importância um apoio para a transição digital, um valor específico dedicado ao sector social e que em muito iriam ajudar a melhorar a prestação de serviços de qualidade à nossa comunidade.

-Um apoio financiado a 100 % para a eficiência energética nas IPSS para as mesmas poderem ser mais amigas do ambiente e melhorar a sua sustentabilidade.

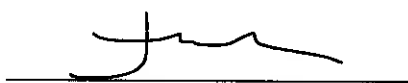
- Aproveitamos para deixar um alerta que vai ser necessário pensarmos como vamos resolver as listas de espera nas ERPI. Os Novos Idosos vêm ajudar a reduzir as listas de espera mas não vai resolver só por si esta lacuna na nossa comunidade mais idosa.

Continuamos a acreditar que, dada a natureza das nossas Instituições serem sem fins lucrativos, devem ter um tratamento diferenciado das empresas por terem um papel crucial no contrato social. A resolução da desigualdade social é imputada aos Governos mas também é nosso papel defender as IPSS na competitividade e qualificação das próprias.

É nossa convicção que estamos num bom percurso de parceria no apoio à nossa comunidade.

Praia da Vitória, 13 de Outubro de 2022

Presidente da Direção

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'João Canedo Reis', is written over a horizontal line.

João Canedo Reis